

## Correspondência – Resposta da ABC à Notificação

Lisboa, 18 de outubro de 2024

**Para:**

XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.  
Rua da Indústria, n.º 45, 3.º Esq.  
1150-023 Lisboa  
NIF: 514 321 789

**Assunto:** Resposta à notificação de 12 de outubro de 2024 – Contestação da alegação de incumprimento e da validade da notificação.

**Processo:** 1234/24.5T8LSB – Processo Declarativo de Incumprimento de Contrato de Prestação de Serviços.

Exmos. Senhores,

Na qualidade de mandatária da **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, com sede em Avenida da República, n.º 210, 4.º Esq., 4000-245 Porto, NIF 504 112 333, venho, por este meio, apresentar a **resposta** à notificação recebida em **12 de outubro de 2024**, enviada pelos representantes da XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., na qual se pretende a declaração de resolução do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes e a consequente indemnização por perdas e danos.

### 1. Contestação da validade da notificação

1.1. A notificação em apreço não cumpre os requisitos formais previstos no **artigo 219.º do Código de Processo Civil (CPC)**, nomeadamente a indicação clara e inequívoca do **objeto da pretensão**, a **identificação precisa do contrato** a que se refere e a **indicação dos fundamentos de facto e de direito** que a sustentam.

1.2. A referida comunicação carece ainda de **assinatura autêntica** do seu remetente, o que a impede de produzir efeitos jurídicos, nos termos do **artigo 220.º do CPC**.

1.3. Por conseguinte, a notificação deve ser considerada **nula de pleno direito**, devendo ser desconsiderada para todos os efeitos processuais.

### 2. Negação de incumprimento contratual

2.1. O contrato de prestação de serviços, datado de **5 de março de 2023** (processo n.º 2023/07/45), obriga a ABC – Consultoria Empresarial, Lda. a **fornecer consultoria estratégica e apoio técnico** nas áreas de gestão de projetos e transformação digital, nos termos da cláusula 3.º.

2.2. A XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. não demonstra, em nenhum momento, a ocorrência de **incumprimento grave** por parte da ré. Ao contrário, a ABC cumpriu integralmente as obrigações de entrega de relatórios mensais (ver anexo **Tabela 1 – Cumprimento dos entregáveis**), bem como a realização das sessões de formação previstas (cláusula 5.º).

2.3. As alegações de suposta “não entrega de documentação técnica” são infundadas, uma vez que todos os documentos foram remetidos por correio certificado, com comprovativo de receção datado de **23 de setembro de 2024** (cópia anexa).

2.4. A XYZ não tem, ainda, apresentado qualquer **aviso prévio de incumprimento** nos termos do artigo 483.º do Código Civil, o que impossibilita a invocação de resolução unilateral do contrato.

### 3. Exigência de reparação de danos morais e materiais indevidos

3.1. A tentativa da XYZ de obter **indemnização por perdas e danos** carece de fundamento jurídico, pois não há prova de prejuízo efetivo nem de nexo causal entre a suposta falha da ABC e quaisquer danos alegados.

3.2. A XYZ, ao apresentar a notificação, agiu de forma **abusiva**, violando o princípio da boa-fé objetiva (artigo 762.º do Código Civil) e expondo a ABC a despesas desnecessárias de defesa.

3.3. Em consequência, a ABC reserva-se o direito de **requerer a condenação da XYZ ao pagamento de custos processuais e honorários de advogado**, nos termos do artigo 20.º do CPC, caso persista a presente pretensão infundada.

#### 4. Pedidos

Face ao exposto, a ABC – Consultoria Empresarial, Lda. requer:

Nº	Pedido
1	<b>Reconhecimento da nulidade</b> da notificação enviada em 12 de outubro de 2024, por incumprimento dos requisitos formais previstos no CPC.
2	<b>Rejeição integral</b> da pretensão de resolução do contrato de prestação de serviços, por inexistência de incumprimento grave da ré.
3	<b>Desistência</b> da XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. de qualquer pedido de indemnização por perdas e danos, por falta de fundamento factual e jurídico.
4	<b>Condenação da XYZ</b> ao pagamento das despesas incorridas pela ABC com a defesa, incluindo honorários de advogado, nos termos do artigo 20.º do CPC.
5	<b>Comunicação escrita</b> , no prazo de 10 (dez) dias úteis, da aceitação ou impugnação dos pedidos acima, sob pena de serem consideradas aceites tacitamente.

#### 5. Documentos anexos

1. **Tabela 1 – Cumprimento dos entregáveis** (relatórios mensais e sessões de formação).
2. **Cópia do comprovativo de receção** da documentação técnica (23/09/2024).
3. **Cópia da cláusula 3.º e 5.º** do contrato de prestação de serviços (5/03/2023).

#### 6. Considerações finais

A ABC – Consultoria Empresarial, Lda. mantém a sua disponibilidade para **diálogo conciliatório**, nos termos do artigo 334.º do CPC, a fim de evitar a prolação de decisão judicial desnecessária. Contudo, reitera a sua firme posição de que as alegações da XYZ são **infundadas** e que a notificação carece de validade legal.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os nossos cumprimentos.

**Atenciosamente,**

---

**Dra. Maria Fernandes**

Advogada – Ordem dos Advogados n.º 67890

ABC – Consultoria Empresarial, Lda.

Avenida da República, nº 210, 4.º Esq., 4000-245 Porto

NIF: 504112333

*Esta correspondência foi enviada por correio certificado com aviso de receção.*